



“ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE”



COLABORADORES

MARCELO SÉRGIO SOUZA WIECHETECK (LÍDER) - PISA

ALCIDES CRUZ JR. – FLORIN/PAPEL SIMÃO

CARLOS ALBERTO FUNCIA – SUZANO

FÁBIO LEÔNIDAS C. SANTOS – DURAFLORE

FRANCISCO DE ASSIS RIBEIRO – RIPASA

GILMAR BERTOLOTI – FLORIN

JORGE EDSON MACHADO ALVES – ARACRUZ

JORGE LUIZ MENDES BATISTA – PISA

JOSÉ ZANI FILHO – RIPASA

LUCIANE AKEMI DO SANTOS – PISA

ROBERTO B. DE OLIVEIRA – FLORIN/PAPEL SIMÃO

ULISSES RIBAS JR. – MOBASA

WALDIR DE JESUS FREITAS - CENIBRA



POSITION PAPER DO GRUPO DE TRABALHO

"Envolvimento com a Comunidade"

PREFÁCIO

O envolvimento das empresas com as comunidades vem a ser o reflexo das ações e atividades contínuas realizadas pelas mesmas, nos seus diferentes níveis de atuação, significando em um sentido mais amplo a expressão da imagem do setor e o próprio crescimento empresarial.

O tema em questão abrange desde os aspectos mais genéricos de Política e Legislação Florestal até as ações específicas implementadas pelas empresas em seus programas ambientais, exigindo uma abordagem mais conceitual.

O presente trabalho foi elaborado sob tal enfoque, procurando detalhar os diferentes itens de maneira a torná-lo uma balizador das atividades do setor e dos técnicos envolvidos. O grupo responsável pela concepção do documento seguiu o modelo previamente indicado pelos organizadores do evento, visando diagnosticar a situação atual e apontar soluções para o aprimoramento da atividade florestal, dentro da ótica de desenvolvimento sustentado.



INTRODUÇÃO

O Brasil, em virtude da sua grande extensão territorial e da sua localização geográfica privilegiada, possui riquezas naturais imensuráveis, podendo ser considerado como o país que possui uma das maiores reservas de recursos naturais renováveis do mundo (58,5 % do território nacional). No entanto, a grave crise econômica e social que enfrenta, tem levado a população a um empobrecimento gradual e constante, o que, aliado à falta de investimentos em educação e saúde, tem feito com que o respeito ao meio-ambiente seja sobrepujado pela luta pela sobrevivência.

Muito se tem falado sobre ecologia e conservação/preservação ambiental, sem que ações concretas sejam efetivadas para solucionar os problemas. Espécies da fauna e flora continuam sendo extintas e grandes áreas florestais continuam sendo degradadas, sem um comprometimento responsável em se reverter tal processo por parte dos órgãos governamentais e empresas privadas.

A sociedade, entretanto, vem desenvolvendo uma nova consciência ecológica e tem passado a cobrar sistematicamente do setor público e privado uma maior preocupação com o meio-ambiente. Nesse contexto, o setor florestal tem sido apontado como o que possui a maior parcela de responsabilidade e, apesar da estreita relação e complementaridade das suas atividades com a proteção ambiental, quando comparadas a outras atividades primárias, tem recebido críticas e forte pressão das comunidades.

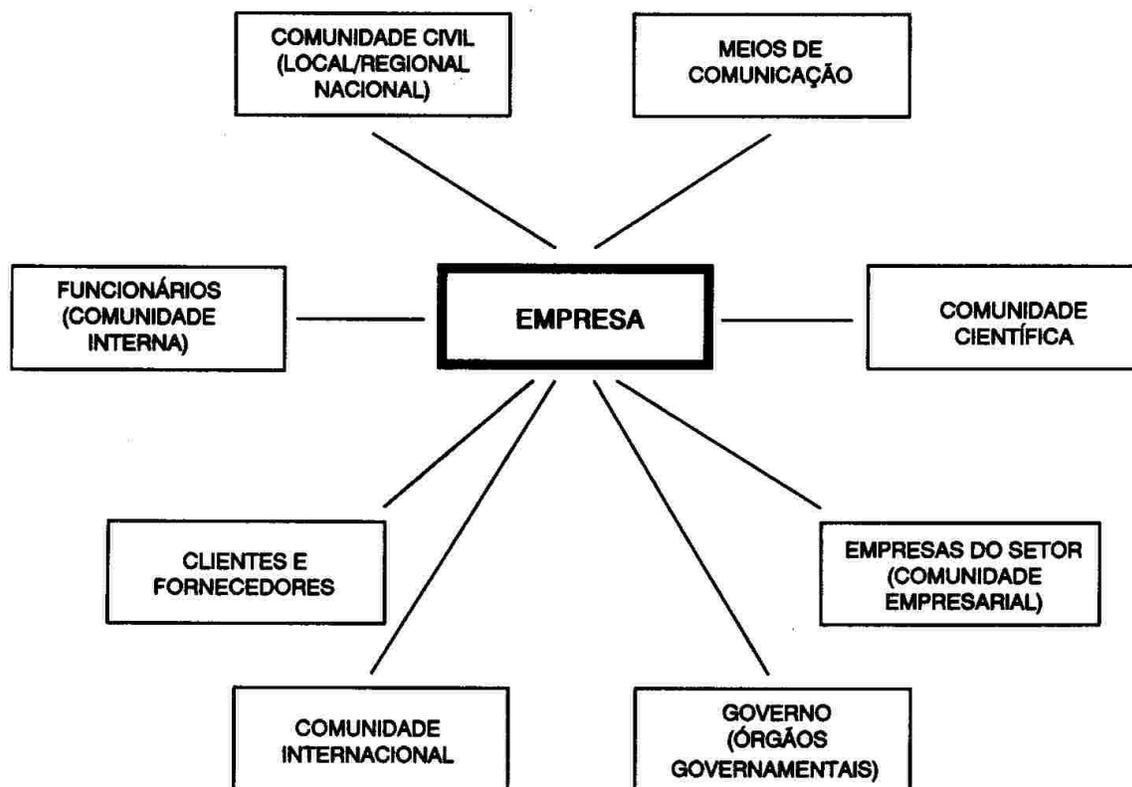
Um melhor relacionamento com a sociedade em geral torna-se necessário, tanto a nível de uma política e legislação florestal atuante, como a nível de educação, divulgação e conscientização ambiental, a fim de que o setor possa continuar a contribuir na busca de um desenvolvimento com maior responsabilidade ambiental.

Torna-se necessária a elaboração de uma política florestal bem definida, voltada ao atendimento das necessidades reais do país, a adoção de uma legislação mais clara e consolidada ao modelo de desenvolvimento sustentado e um maior esclarecimento, conscientização e educação da sociedade para as questões ambientais e florestais brasileiras.

Conseguindo-se alcançar esses objetivos e estabelecendo-se um envolvimento sadio das empresas com as comunidades, voltado para a busca de soluções conjuntas e com responsabilidades partilhadas, será possível encaminhar a silvicultura intensiva, praticada hoje no país, para os princípios de desenvolvimento sustentado, fazendo com que a questão ambiental seja tratada adequadamente e os recursos naturais utilizados racionalmente.



ENVOLVIMENTO COM A(S) COMUNIDADE(S)



1. POLÍTICA FLORESTAL

INTRODUÇÃO

A política florestal, com o enfoque de silvicultura intensiva, teve seu início na década de 60 com o estabelecimento de um plano nacional de desenvolvimento florestal para o país, a partir do advento dos incentivos fiscais para reflorestamentos, a criação e estruturação do **IBDF** e a publicação do código florestal. Tais instrumentos delinearão o perfil de desenvolvimento do setor florestal nas últimas décadas tendo contribuído de forma significativa na criação de um parque florestal com mais de 6 milhões de ha. reflorestados, que é base da indústria florestal atual, respondendo por significativa parcela do PIB.

Entretanto, a política florestal no Brasil não possui uma abordagem ampla, dinâmica e comprometida com o longo prazo, restringindo-se a modesta atuação de órgãos governamentais inoperantes e inexpressiva atuação de segmentos do setor.

A inexistência de uma política florestal duradoura, principalmente direcionada para as florestas nativas e seu manejo, não permite o desenvolvimento sustentado do setor florestal como um todo, exigindo melhor racionalização no uso dos recursos florestais. Aliado a isto, a pouca representatividade de técnicos, autoridades e de entidades do setor florestal no cenário político não tem permitido um debate mais profundo sobre as questões florestais e seu planejamento.



Devido a sua extensa dimensão territorial, o Brasil reúne plenas condições para promover um amplo desenvolvimento florestal sem prejuízo de outras atividades, desde que centrado em bases sólidas de uma política florestal duradoura e responsável.

O crescente envolvimento da sociedade em geral com a temática ambiental torna fundamental a elaboração de uma política florestal bem delineada, que atenda os anseios dos diferentes setores envolvidos, respeitando as diferenças ecológicas regionais, e esteja comprometida com um modelo de desenvolvimento sustentável e de preservação do meio ambiente (silvicultura ambiental).

A estruturação de tal política exigirá um posicionamento e participação de diversos segmentos da sociedade, governo e setor florestal, através de fóruns de debate, na proposição de ações eficazes para se atingir o desenvolvimento sustentado.

1.1. PONTOS FRACOS

1.1.1. NÍVEL GOVERNAMENTAL

Cenário sócio-econômico atual (desequilíbrio econômico, falta de sensibilidade e união de segmentos sociais) retardando ações em defesa do desenvolvimento sustentado;

Inexistência de uma política florestal capacitada, consistente e duradoura, com compromisso em fazer cumprir as diretrizes da política ambiental;

Ações políticas isoladas buscando soluções imediatistas individuais para os problemas;

Falta de respaldo técnico na elaboração de estratégias de ação em política florestal;

Divulgação ineficiente dos benefícios da silvicultura ambiental à sociedade, restringindo o apoio político necessário ao desenvolvimento do setor;

Centralização das decisões no âmbito das instituições governamentais;

Inoperância e falta de recursos dos órgãos governamentais no tratamento de problemas ambientais;

Órgãos oficiais responsáveis pela política florestal centralizadores e desarticulados, ocorrendo distorções e falta de integração entre as unidades distribuídas ao longo de seu território de influência;

Modesto incentivo às atividades que direcionam a preservação, o uso racional dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentado;

Desvinculação entre a questão florestal e ambiental e os programas de extensão do país, mesmo em regiões de avançado desenvolvimento agrícola;

Pouca profundidade e aplicabilidade dos estudos para a definição de zoneamento ecológico com definição de áreas aptas à silvicultura ambiental;

Consciência de desenvolvimento sustentado chegando agora às escolas de engenharia florestal, com reflexo somente a médio e longo prazos;

Falta de política consistente na consolidação de unidades de conservação criadas pelos governos estaduais e federal;

Risco de que pressões políticas externas impeçam a utilização (mesmo racional) das florestas tropicais;

Falta de diretrizes adequadas para ocupação da região amazônica e de outros ecossistemas, sem visão global de seus impactos.

1.1.2. NÍVEL GOVERNAMENTAL/SETORIAL



Baixo nível de investimento do país em pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
Formação de técnicos em floresta ligados à produção florestal sem a visão holística de desenvolvimento sustentado (silvicultura ambiental);
Modesta participação das Universidades/Empresas na Extensão Florestal;
Baixa atuação e valorização do profissional florestal e entidades de classe;
Inexistência de base atualizada, abrangente e fidedigna de dados sobre o setor florestal.

1.1.3. NÍVEL SETORIAL

Pequena sensibilidade dos empresários às questões políticas, tornando frágeis as ações do setor;
Setor florestal ainda em fase de amadurecimento;
Precário planejamento estratégico setorial;
Pouca representatividade e respaldo político do setor junto aos órgãos governamentais e à sociedade;
Incentivo fiscal por vezes mal empregado, denegrindo a imagem do setor;
Imediatismo de empresas na obtenção de resultados, dificultando a evolução da mentalidade conservacionista;
Crescimento desorganizado da silvicultura intensiva, com prejuízos aos ecossistemas regionais, em contraste com a filosofia de desenvolvimento sustentado;
Falta de agressividade política do setor e de conhecimentos técnicos por parte dos movimentos ambientalistas, dividindo forças que deveriam atuar na implementação do desenvolvimento sustentado;
Falta de política de fomento florestal que explore o potencial da atividade como forma de educar, preservar e produzir.
Desgaste político do setor pela ação de entidades de classe (movimentos ecológicos), que atuam de forma sentimentalista, sem conhecimentos de causa;

1.1.4. NÍVEL GERAL

Mentalidade preservacionista da sociedade por vezes deturpada;
Frac atuação política de profissionais florestais quanto a divulgação da importância do manejo integrado de florestas naturais, plantadas e atividades agropastoris;
Desnível acentuado de conhecimento silvicultural entre os grandes, médios e pequenos produtores rurais, não corrigido por programas de extensão.

1.2. PONTOS FORTES

1.2.1. NÍVEL GOVERNAMENTAL

Movimento social para que órgãos oficiais estabeleçam políticas mais efetivas para as questões ambientais;
Experiência acumulada de programas relacionados com a política de reflorestamentos executados até o presente;



Disponibilidade de extensas áreas de terras com aptidão florestal, a baixo custo, apropriadas para utilização visando o desenvolvimento sustentado.

1.2.2. NÍVEL GOVERNAMENTAL/SETORIAL

Significativo papel do reflorestamento, ocupando extensas áreas territoriais, por vezes sem o aproveitamento industrial adequado, reforçando a necessidade de uma política florestal nacional;

Oportunidade de implantação de uma política nacional de reflorestamento para reversão do efeito estufa;

Vocação florestal da Amazônia legal incentivando sua preservação, independente de estratégias de desenvolvimento, e reforçando a necessidade de elaboração de uma política florestal nacional.

1.2.3. NÍVEL SETORIAL

Interesse do setor na elaboração e aplicação correta de uma política nacional de desenvolvimento sustentado;

Elaboração de Programas de Desenvolvimento Sustentado dentro de segmentos do setor florestal (Exemplos: Livro Verde, Projeto Floran);

Bom desenvolvimento tecnológico na formação de florestas produtivas;

Preocupação do setor florestal com a problemática ambiental e a preservação da biodiversidade;

Caracterização da silvicultura ambiental como atividade integrada à preservação do meio ambiente;

Alta produtividade dos maciços florestais em termos de produção de madeira a baixos custos e altas taxas de fixação de carbono da atmosfera;

Produtos florestais nacionais oriundos de florestas de produção competitivos no mercado internacional;

Opção de reflorestar áreas degradadas por processos agrícolas e pecuários, e aplicar uma silvicultura para fins múltiplos.

1.2.4. NÍVEL GERAL

Ascensão de uma "consciência ecológica global" nos diversos setores da sociedade; Crescente demanda nacional por produtos florestais, em substituição a produtos não degradáveis;

Intenção da comunidade financeira internacional em aplicar recursos na preservação do meio ambiente;

Interesse e mobilização nacional e internacional sobre os eventos relacionados com a Conferência Mundial da ONU sobre Ecologia e Desenvolvimento, em 1992.

1.3. SITUAÇÃO DESEJADA

1.3.1. NÍVEL GOVERNAMENTAL



Existência de uma política florestal responsável e bem definida a longo prazo, que tenha por meta maior o desenvolvimento sustentado;

Economia estável com fluência de recursos para o desenvolvimento tecnológico da silvicultura ambiental;

Disponibilidade de recursos para investimentos em pesquisas, viabilização de programas ambientais e estruturação de unidades de ensino/formação no país;

Órgãos governamentais estruturados e fortalecidos para o estabelecimento de uma política inovadora, estável e objetiva;

Descentralização das decisões legais e administrativas para o âmbito de influência local e/ou regionais;

Desenvolvimento sustentado da região amazônica através de estratégias ecodesenvolvimentistas, respeitando ao máximo sua complexidade e vocação de floresta tropical nativa.

1.3.2. NÍVEL GOVERNAMENTAL/SETORIAL

Recursos humanos capazes de gerir a silvicultura ambiental dentro da filosofia de desenvolvimento sustentado;

Profissionais formados com visão holística, sem prejuízo de suas especialidades;

Escolas florestais bem estruturadas e atuantes;

Programas que busquem a solução definitiva dos problemas florestais e ambientais;

Zoneamento florestal respeitando as características regionais e diferentes vocações na ocupação dos espaços territoriais.

1.3.3. NÍVEL SETORIAL

Maior participação política do setor junto aos órgãos governamentais e na sociedade;

Empresas e profissionais conscientes quanto a importância da silvicultura ambiental e o desenvolvimento sustentado;

Programas de extensão contemplando as questões florestais e ambientais e programas concomitantes de fomento e terceirização.

1.3.4. NÍVEL GERAL

Sociedade consciente e informada para os problemas ambientais, tornando mais sólida e objetiva a união dos segmentos em busca de soluções;

Consciência coletiva quanto aos benefícios da conservação e manejo sustentado dos recursos naturais;

Evolução do plano imediatista de desenvolvimento para a condição de desenvolvimento sustentado, com a adoção de práticas conservacionistas compatíveis com a atividade produtiva;

Equilíbrio ambiental e sustentado entre a manutenção da biodiversidade e o contínuo desenvolvimento da produção;

Atividade florestal integrada no desenvolvimento do país e inserida como prática usual na ocupação física de propriedades rurais;

Programas organizados de forma coerente, com a participação dos diversos setores da sociedade e geridos por especialistas;



1.4. SOLUÇÕES PROPOSTAS A NÍVEL SETORIAL

Contribuir com a estabilização da economia e exigir a alocação de recursos para o desenvolvimento tecnológico da silvicultura ambiental;

Induzir a elaboração de uma política florestal estável, abrangente e bem definida;

Estimular os diversos segmentos da sociedade em torno dos objetivos econômicos, ambientais e sociais do desenvolvimento sustentado e silvicultura ambiental;

Participar de uma política de educação e conscientização da sociedade quanto à importância de uma silvicultura ambiental;

Implantar filosofia de desenvolvimento sustentado nas empresas;

Aprimorar o gerenciamento dos recursos naturais, visando uma produção sustentada;

Atuar junto com instituições e comunidades na resolução de problemas ambientais;

Incentivar a reestruturação e fortalecimento dos órgãos responsáveis pelo estabelecimento de uma política florestal abrangente, bem como dos órgãos responsáveis pela gestão dos problemas ambientais;

Participar ativamente junto aos órgãos governamentais e sociedade nas questões de política florestal e ambiental;

Estimular a descentralização das decisões legais e administrativas transferindo-as para órgãos regionais ou locais;

Investir na formação e treinamento de mão de obra florestal capacitada e especializada e nos sistemas educativos de pesquisa e extensão;

Incentivar instituições/empresas que tenham concretizado relevantes trabalhos em desenvolvimento sustentado;

Desenvolver programas florestais/ambientais eficientes e adaptados às diferenças ecológicas e sociais regionais;

Participar na elaboração de uma política florestal que contemple a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético dos recursos naturais da região amazônica e demais ecossistemas.

1.5. UNHAS DE AÇÃO A NÍVEL SETORIAL

Promover o envolvimento de lideranças das comunidades, empresários, políticos e técnicos em torno da necessidade de elaboração de uma política florestal nacional;

Envolver profissionais comprometidos na busca de soluções definitivas para se atingir o desenvolvimento sustentado;

Elaborar e encaminhar alternativas técnicas abrangentes e economicamente viáveis de política florestal, capazes de promover o desenvolvimento sustentado respeitando as características próprias de cada região;

Estabelecer programas e metas de intensivo esclarecimento da sociedade na formação de uma "consciência ecológica" sólida e atuante;

Esclarecer junto aos meios de divulgação as características e benefícios do setor florestal para a comunidade e o meio-ambiente;

Propor e participar de políticas que garantam efetiva conservação dos patrimônios genéticos naturais em termos de biodiversidade;

Formar uma comissão de levantamento de dados sobre o setor florestal com cronograma de trabalho e plano de ação;



Estabelecer programas de extensão, fomento e terceirização de acordo com a filosofia de desenvolvimento sustentado;

Promover eventos (dias de campo, cursos, palestras) para desenvolvimento da capacidade silvicultural de produtores rurais, técnicos e interessados;

Participar da integração do sistema educativo florestal entre escola, empresa e comunidade, criando técnicas e metodologias capazes de promover o desenvolvimento sustentado;

Atuar em conjunto com as universidades e centros de pesquisa na geração de tecnologias eficazes, de baixo custo e com mínima degradação ambiental;

Investir em pesquisas relacionadas com a preservação ambiental e modelos apropriados de desenvolvimento;

Divulgar trabalhos técnicos compreensíveis ao público envolvido;

Difundir à sociedade em geral resultados positivos de programas ambientais tornando cada cidadão comprometido com a manutenção e progresso dos mesmos;

Aproveitar e difundir experiências florestais bem sucedidas nas diferentes regiões do país, consolidando a idéia de desenvolvimento sustentado;

Exigir a redefinição das funções e responsabilidades dos órgãos envolvidos com meio ambiente, fortalecendo-os e tornando-os órgãos administradores de política ambiental;

Investir na formação de recursos humanos para atuar dentro do novo conceito de silvicultura ambiental;

Incentivar e premiar, através de associações, empresas/instituições que contribuam para o desenvolvimento sustentado da silvicultura (exemplo: Selo Verde);

Alocar recursos para projetos de pesquisa e de extensão florestal/ambiental;

Buscar recursos junto a comunidade financeira, através da elaboração de projetos simples, eficazes e inovadores;

Buscar apoio político e financeiro nacional e internacional para programas ambientais a partir de planos bem elaborados, factíveis, e dotados de credibilidade.

2. LEGISLAÇÃO FLORESTAL

INTRODUÇÃO

Por legislação florestal entende-se o conjunto de normas e leis que regem as atividades florestais e ambientais no país, vindo a ser o instrumento legal de ligação entre as diversas comunidades, governo e empresas.

Apesar da existência de um capítulo especial dedicado ao meio-ambiente na Constituição Federal do Brasil, considerada uma das mais avançadas do mundo, a legislação florestal brasileira básica está estabelecida na Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, sem praticamente nenhuma alteração que viesse a acompanhar as mudanças no panorama florestal ocorridas desde então.

Essa deficiência pode ser creditada à inexistência de uma política florestal fortemente estabelecida no país, que leva à existência de uma legislação dispersa e fraca, sem princípios consolidados a serem seguidos.

O isolamento do poder legislativo contribui, ainda, com a criação de leis sem o acompanhamento técnico necessário, o que leva ao estabelecimento de legislação sem cunho prático e com dificuldades de cumprimento. Esse fato, aliado à fraqueza dos órgãos de fiscalização, faz com que haja grande descaso pelas leis florestais e ambientais do país.



A nova consciência ecológica que vem se formando na sociedade tem tornado as leis melhor elaboradas e mais respeitadas. Entretanto, somente uma completa reestruturação da legislação, em conjunto com a definição de uma política florestal, com a contribuição do setor e da sociedade no seu estabelecimento técnico e na sua adaptação às necessidades atuais do país será capaz de torná-la eficiente e consolidada com o desenvolvimento sustentado.

2.1. PONTOS FRACOS

- Modesta participação do setor florestal na elaboração das leis;
- Legislação florestal elaborada com viés político;
- Legislação defasada e incompatível com a realidade brasileira, não servindo de suporte à política florestal;
- Legislação bastante dispersa, genérica e ampla, não se adaptando às peculiaridades regionais do país;
- Excesso de preceitos legais versando sobre o mesmo assunto e expressos com falta de clareza, o que prejudica o conhecimento, interpretação e, conseqüentemente, o cumprimento da legislação;
- Existência de pontos conflitantes na legislação vigente;
- Excesso de dinamismo na implementação e revogação das leis, aliado a uma divulgação ineficiente, dificultando o seu acompanhamento e aplicação;
- Modismo ambiental existente, levando muitas vezes a elaboração e aprovação de leis desnecessárias e sem cunho prático;
- Excesso de órgãos regulamentadores e fiscalizadores, sem delimitação das responsabilidades de cada um;
- Postura repressiva/proibitiva assumida pelos órgãos responsáveis pela fiscalização, em detrimento de uma visão educativa/instrutiva, mais adequada à atividade;
- Falta de um sistema de fiscalização eficiente, com recursos humanos treinados, recursos financeiros suficientes e estrutura adequada;
- Descrédito da sociedade com relação aos órgãos fiscalizadores;
- Desconhecimento pela sociedade em geral da legislação vigente, causado pela falta de divulgação sobre as suas exigências, mudanças e peculiaridades, levando ao descaso generalizado quanto ao respeito à legislação florestal e ambiental.

2.2. PONTOS FORTES

- Existência de legislação florestal e ambiental com capítulos dedicados ao meio-ambiente nas Constituições Federal, Estaduais e nas Leis Orgânicas dos municípios;
- Revisão da legislação atual a nível federal e estadual;
- Forte preocupação ambiental na legislação brasileira, desde o período colonial;
- Maior preocupação dos empresários e da sociedade organizada quanto ao cumprimento da legislação florestal em vigor;
- Avanços ambientais conseguidos através da legislação, como exigência de EIA/RIMA;
- Crescente exigência de movimentos ambientalistas e da sociedade em geral junto a juristas e legisladores com relação a elaboração e aplicação de leis mais eficientes na proteção ao meio-ambiente;



Maior contribuição dos técnicos na elaboração das leis;
Conscientização dos profissionais na administração dos recursos ambientais.

2.3. SITUAÇÃO DESEJADA

Setor florestal e sociedade organizada participando ativamente na elaboração das leis, com maior embasamento técnico e cunho prático;

Legislação florestal compreensível, objetiva e clara, facilitando o seu cumprimento;

Legislação florestal consolidada ao modelo de desenvolvimento sustentado e adaptada às condições ambientais de cada região do país, tornando-a mais coerente com a realidade nacional;

Legislação acompanhando a política florestal do país;

Órgãos governamentais responsáveis pela fiscalização do cumprimento da legislação fortalecidos, estruturados e com recursos humanos e financeiros disponíveis para a realização da sua função;

Órgãos governamentais preparados para divulgação da legislação de forma educativa/instrutiva para toda a sociedade;

População, setor e instituições esclarecidos e informados sobre a legislação florestal e ambiental existente, respeitando as determinações legais;

Legislação com caráter mais rigoroso e com penalização corretiva nos casos abusivos.

2.4. SOLUÇÕES PROPOSTAS A NÍVEL SETORIAL

Contribuir para que a legislação florestal seja uma ferramenta acessível, eficiente e respeitada para a preservação e conservação ambiental;

Exigir do poder legislativo a consolidação da legislação, sua adaptação ao modelo de desenvolvimento sustentado e a sua adequação às diferenças regionais do país;

Demonstrar a inaplicabilidade que, muitas vezes, a legislação possui pela falta de um bom embasamento técnico;

Participar da elaboração de uma legislação eficiente que acompanhe a política florestal;

Sensibilizar e conscientizar a sociedade para a necessidade de respeitar a legislação como forma de contribuir com a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentado, sendo aplicadas penalidades nos casos abusivos;

Incentivar a reestruturação, capacitação e fortalecimento dos órgãos regulamentadores e fiscalizadores, em termos de recursos humanos e financeiros;

Pressionar para que os recursos arrecadados em infrações sejam aplicados na conservação ambiental ou reparação de danos causados;

Contribuir na integração entre a sociedade em geral e os órgãos responsáveis pela fiscalização.

2.5. LINHAS DE AÇÃO A NÍVEL SETORIAL

Participar da revisão da legislação florestal, adequando-a aos princípios de desenvolvimento sustentado em cada região do país;



Participar na elaboração de leis consistentes para evitar as mudanças constantes na legislação;

Exigir a vinculação da legislação à política florestal nacional;

Aumentar a participação do setor junto aos órgãos governamentais;

Promover maior acesso dos técnicos do setor ao poder legislativo;

Promover a união de governo, setor e sociedade para elaboração de uma legislação florestal que atenda as necessidades do país;

Incentivar o acesso da sociedade ao poder legislativo e demais órgãos governamentais encarregados das questões ambientais;

Manter contatos permanentes, através de associações, do setor florestal com os órgãos governamentais responsáveis pela elaboração, execução e fiscalização da legislação;

Exigir a realocação dos recursos arrecadados com multas por ações contra o meio-ambiente para uso em programas ambientais e/ou reparação de danos causados;

Realizar estudos específicos sobre os diferentes ecossistemas nacionais e o seu aspecto social, para elaborar uma legislação que atenda as necessidades da região;

Participar da elaboração de um zoneamento das diferentes condições ambientais existentes no país como subsídio para a adequação da legislação às peculiaridades regionais;

Realizar eventos para discussão e apresentação de propostas visando reestruturar e consolidar a legislação florestal, com divulgação das conclusões e recomendações;

Promover visitas, cursos e seminários sobre as atividades exercidas pelo setor florestal para juristas e legisladores;

Realizar cursos e treinamento em legislação, para o desenvolvimento de recursos humanos encarregados da fiscalização;

Procurar meios de divulgação e informação eficientes, capazes de atingir toda a sociedade civil, técnica e institucional, tornando-as esclarecidas quanto a legislação florestal em vigor;

Promover campanhas de conscientização que mostrem a legislação florestal como ferramenta para a preservação ambiental;

Promover uma ampla e intensa campanha de divulgação da legislação florestal, com utilização dos meios de comunicação de massa;

Promover, através de associações, publicações periódicas, com coletâneas sobre a legislação florestal, comentários e citações;

Conscientizar a sociedade sobre o seu papel na fiscalização do cumprimento da legislação ambiental;

Sugerir a utilização da rede de escritórios de antigos órgãos governamentais, como SUDEPE e SUDHEVEA, para agilizar e descentralizar a rede de fiscalização.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL

INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental tem adquirido, nos últimos anos, posição de destaque entre os assuntos relacionados ao meio-ambiente. A sociedade, cada vez mais, vem tomando consciência ecológica, passando a exigir uma melhor qualidade de vida e a preservação dos recursos do planeta, sendo que a instrução e conscientização são apontadas como as maneiras mais eficientes de se atingir esses objetivos.



Normalmente, a educação ambiental é considerada de maneira acadêmica e voltada principalmente para trabalhos envolvendo grupos de escolares.

O Brasil, entretanto, possui um sistema de ensino deficiente, com alto índice de evasão escolar, não possuindo atualmente, estrutura para incorporar o ensino ambiental de maneira adequada em seus currículos. Adicionalmente, a divulgação de agressões ao meio-ambiente de maneira excessivamente emocional e deturpada pelos meios de comunicação de massa tem induzido a sociedade a adotar, por vezes uma postura preservacionista radical. Tal postura, freqüentemente contrária ao bom senso, afeta a imagem do setor florestal, que com o acelerado desenvolvimento da silvicultura intensiva, por vezes é apontado como responsável pelo desmatamento e pela degradação ambiental do país. Assim, a educação ambiental deve ter uma conotação mais abrangente, envolvendo todo programa direcionado para as comunidades externas e internas às empresas e relacionado com a transferência de conhecimentos técnicos, educação, difusão e divulgação sobre os recursos naturais e o papel das mesmas, tendo por objetivo maior a conscientização ambiental das comunidades.

A necessidade de atender as reivindicações da sociedade e reverter a rejeição apresentada pelas empresas florestais junto às comunidades onde atuam torna imprescindível a adoção de programas sérios de educação ambiental. Os mesmos devem visar portanto, o esclarecimento sobre a importância das atividades do setor florestal e divulgar as ações das empresas na área de meio-ambiente, bem como desenvolver uma consciência ambiental na população de modo a tornar empresas e comunidades aliadas na preservação dos recursos naturais, na valorização das florestas produtivas e na busca de soluções que levem ao desenvolvimento sustentado.

Somente através de programas adequados de educação ambiental, conscientização e divulgação, que levem em conta principalmente as necessidades e expectativas da população, será possível um envolvimento pleno e conjunto, com uma postura responsável sobre as questões ambientais.

3.1. PONTOS FRACOS

3.1.1. NÍVEL GOVERNAMENTAL

Dificuldade econômica do país e pobreza generalizada da sociedade, dificultando a educação e a conscientização ambiental;

Alto índice de evasão escolar;

Falta de infra-estrutura escolar e institucional para o fortalecimento de programas de educação ambiental;

Visão imediatista do governo e sociedade em geral, que utilizam os recursos naturais de maneira predatória;

Falta de estrutura e consciência para resolução de problemas ambientais como lixo urbano, despejo de esgotos e poluição;

Ações descontínuas e isoladas por parte das instituições públicas, não produzindo efeitos práticos e concretos;

Baixo investimento na formação de recursos humanos para promover uma educação ambiental adequada;

Modesta participação do governo na conscientização das comunidades quanto à problemática de proteção florestal e ambiental, tais como incêndios, pragas/doenças e proteção da fauna/flora.



3.1.2. NÍVEL SETORIAL

Falta de planejamento ambiental nos projetos florestais, o que cria incertezas nas comunidades e dificulta a penetração das empresas;

Baixo nível de conscientização do público interno, inclusive de empresários e diretores, quanto a temática ambiental;

Recursos insuficientes para a implantação de programas eficientes de educação e conscientização ambiental, em função da visão empresarial de que tais programas não trazem retorno econômico;

Modesto inter-relacionamento entre empresas e comunidades, gerando uma imagem distorcida acerca da atividade florestal;

Participação inexpressiva do setor junto à comunidade civil quanto a educação ambiental;

Ações fracas, isoladas e descontínuas por parte do setor frente a importância do tema;

Modesta divulgação das atividades do setor e dos benefícios que a atividade florestal traz à sociedade;

Fraca participação de profissionais do setor em movimentos ambientalistas, onde poderiam colaborar com informações técnicas;

Desconhecimento das expectativas das comunidades locais e regionais quanto ao meio ambiente.

3.1.3. NÍVEL GERAL

Falta de informação e conhecimento da sociedade em geral para as questões ambientais e florestais;

Conotação emocional dada pela sociedade às questões ambientais, gerando insatisfação e em alguns casos, rejeição com relação às florestas implantadas;

Ação negativa dos meios de comunicação de massa, que divulgam visões deturpadas sobre as questões ambientais e florestais;

Tendência de se delegar as responsabilidades ambientais aos governos e instituições, e não a cada comunidade, que seria capaz de resolver os seus próprios problemas;

Falta de inter-relacionamento entre os delineadores dos projetos de educação ambiental e o público-alvo;

Pouco aproveitamento apresentado nos programas de educação ambiental já implantados, sendo as atividades encaradas mais sob o aspecto recreativo do que educacional;

Divulgação ineficiente da existência de parques florestais e outras unidades de conservação destinados à educação e ao lazer da sociedade;

Falta de infra-estrutura nas unidades de conservação federais/estaduais/municipais para a realização de práticas de educação ambiental.

3.2. PONTOS FORTES

3.2.1. NÍVEL GOVERNAMENTAL



Adoção da Educação Ambiental no currículo obrigatório das escolas de 12 e 22 graus;

Crescente disponibilidade/alocação de recursos humanos de qualidade para a execução de programas de educação ambiental.

Implantação de currículos voltados para educação ambiental em diversos cursos universitários;

3.2.2. NÍVEL SETORIAL

Relação da atividade florestal com a proteção ambiental, ao se comparar com outras atividades primárias;

Caracterização dos recursos florestais produtivos como meio de preservação dos recursos naturais, pelo efeito de substituição e complementariedade;

Grande disponibilidade de recursos naturais nas empresas, passíveis de utilização em programas de educação ambiental;

Aprendizado obtido com experiências e ações já executadas;

Predisposição das empresas para aprimoramento dos seus programas de envolvimento com a comunidade;

Existência de recursos financeiros do setor para aplicação nos programas;

Retorno institucional (fortalecimento da imagem do setor) bastante satisfatório para os investimentos feitos em educação ambiental;

Atividades florestais realizadas com maior responsabilidade ambiental, em função de amadurecimento e da forte pressão exercida pela sociedade;

Sensibilidade despertada nas empresas do setor para estruturação de uma área de ambiência voltada para a educação ambiental;

Criação de CIMA em diversas empresas florestais;

Oportunidade de utilização benéfica do grande apelo popular existente nas questões ligadas à natureza;

Possibilidade de participar mais ativamente de eventos comunitários relacionados com o meio ambiente;

Disponibilidade de meios de comunicação para uso em programas de educação, difusão e divulgação do setor florestal;

Empresas mais estruturadas e informadas que escolas com relação às questões ambientais.

3.2.3. NÍVEL GERAL

Tendência mundial de uma maior preocupação quanto à questão ambiental;

Possibilidade de utilização de reservas legais e áreas de preservação permanente em programas educativos, turísticos, sociais e culturais (floresta social);

Boa receptividade das comunidades aos programas implantados pelas empresas.

3.3. SITUAÇÃO DESEJADA

3.3.1. NÍVEL GOVERNAMENTAL

Economia estabilizada e renda melhor distribuída;

Sistema de ensino reestruturado, associando aprendizagem e trabalho nas unidades escolares e nas empresas;



- Educadores melhor preparados;
- Mão de obra melhor qualificada e com maiores perspectivas de trabalho como incentivo à profissionalização;
- Recursos públicos sendo utilizados na educação ambiental, seja diretamente no aprendizado escolar ou, indiretamente, patrocinando-o;
- Rede de unidades de conservação estruturada e integrada aos programas de educação ambiental.

3.3.2. NÍVEL SETORIAL

- Bom relacionamento com as comunidades a partir de programas externos de educação ambiental, desenvolvendo uma relação de confiança entre as empresas e as comunidades externas;
- Comunidades melhor esclarecidas sobre a importância das atividades das empresas florestais e a suas atuações na área ambiental;
- Empresas e comunidades aliadas na preservação dos recursos naturais e na valorização das florestas produtivas;
- Programas de educação ambiental implantados com base técnica e atendendo os anseios da comunidade;
- Recursos financeiros disponíveis para aplicação em educação ambiental;
- Escolas e instituições apoiando a efetivação e continuidade de programas de educação ambiental implantados por empresas;
- Profissionais das empresas integrados à vida comunitária, a fim de estreitar o relacionamento comunidade-empresa;
- Público interno das empresas conscientizado quanto as questões ambientais e a adoção de filosofia de trabalho conservacionista;
- Imagem melhorada das empresas e do setor.

3.3.3. NÍVEL GERAL

- Conscientização individual e coletiva sobre a importância da adoção de práticas conservacionistas nas atividades cotidianas;
- Comunidades cooperando na reciclagem de materiais e em programas de proteção florestal, prevenção de acidentes, proteção da fauna, etc.
- Meios de comunicação divulgando o real papel/responsabilidade do setor frente à questão ambiental.
- Contribuir na estabilização da economia do país;

3.4. SOLUÇÕES PROPOSTAS A NÍVEL SETORIAL

- Incentivar a reestruturação do sistema de ensino, adotando o conceito de escola produtiva (ensino-trabalho), a fim de reduzir a evasão escolar;
- Participar junto com entidades públicas de uma política única de educação ambiental;
- Desenvolver uma relação de confiança entre as empresas e as comunidades externas;
- Promover a tomada de consciência coletiva para as questões ambientais a nível interno e externo;



Conscientizar cada indivíduo sobre a importância da adoção de práticas conservacionistas nas atividades cotidianas;

Despertar na sociedade a preocupação com o desenvolvimento sustentado, no que tange aos seus direitos, deveres e responsabilidades com a qualidade de vida atual e das gerações futuras;

Implantar e/ou patrocinar programas de educação ambiental, de maneira regionalizada, planejados por equipes multidisciplinares e competentes e que atendam as expectativas da população envolvida;

Estruturar melhor logisticamente o setor, entre e dentro das empresas, para que os programas de educação ambiental desenvolvam-se de maneira uniforme e satisfatória;

Integrar os diferentes níveis de comunidades civis aos programas de educação ambiental das empresas, a fim de facilitar a sua implantação, aceitação, absorção e continuidade;

Atuar conjuntamente com empresas, universidades e governo na implantação de programas eficientes de educação ambiental e conscientização que atendam as necessidades e anseios das comunidades e difundam consciência mais profissional na atividade florestal;

Criar uma base científica para os trabalhos de envolvimento com a comunidade e desenvolvimento da silvicultura ambiental;

Integrar profissionais das empresas na vida comunitária, estreitando o relacionamento sociedade setor;

Sensibilizar a comunidade civil para questões ambientais localizadas, como lixo, higiene, arborização, caça, poluição, etc., e promover a sua participação em programas (proteção florestal, proteção da fauna, reciclagem, etc.) implantados pelas empresas;

Estabelecer programas internos de educação ambiental e conscientização, a fim de promover a adoção da filosofia conservacionista nas empresas (princípios da silvicultura ambiental);

Induzir o investimento de mais recursos na formação de mão de obra qualificada para o planejamento e execução de programas de educação ambiental;

Promover a formação e treinamento de mão de obra para execução dos projetos de envolvimento com a comunidade (estágios, treinamentos);

Promover a "abertura" do setor para que o mesmo passe a se pronunciar em assuntos do seu interesse;

Despertar em empresas de outros setores o interesse pela educação ambiental;

Colaborar na estruturação de unidades de conservação e intensificação de sua utilização como instrumento da educação ambiental.

3.5. UNHAS DE AÇÃO A NÍVEL SETORIAL

Implantar programas sociais de auxílio às comunidades, a fim de reduzir o nível de pobreza da população e, com isso, facilitar a absorção de conceitos conservacionistas e de desenvolvimento sustentado;

Auxiliar programas sociais e educacionais eficazes das comunidades, integrando profissionais das empresas na vida comunitária;

Auxiliar na reestruturação do sistema de ensino brasileiro, tomando-o mais eficiente e implantando disciplinas relacionadas ao meio-ambiente nas universidades e cursos profissionalizantes;



Incentivar a criação e estruturação de escolas técnicas agropecuárias e florestais, fornecendo estágios, cursos e palestras;

Participar e cooperar com universidades auxiliando na formação de profissionais preparados para atuar em educação ambiental;

Cooperar na preparação das ementas das disciplinas relacionadas ao meio-ambiente nos cursos de engenharia florestal;

Promover cursos e estágios na área ambiental e de envolvimento com a comunidade para estudantes ou profissionais interessados, com o intuito de aperfeiçoar mão de obra ou despertar interesse sobre as questões ambientais;

Induzir o governo a estabelecer uma política de educação ambiental que atenda aos interesses do setor público e privado;

Exigir da União a aplicação de recursos financeiros no planejamento, implantação e monitoramento de programas de educação ambiental;

Elaborar e executar um plano de trabalho global, reunindo entidades públicas e privadas na educação e conscientização da sociedade;

Divulgar os benefícios indiretos advindos dos recursos naturais, a fim de sensibilizar e obter a cooperação da população para a preservação e conservação ambiental;

Esclarecer as informações deturpadas sobre florestas produtivas e sensibilizar as comunidades sobre a importância das mesmas como meio de preservar as florestas nativas existentes;

Promover campanhas e concursos específicos para despertar na sociedade a preocupação com o desenvolvimento sustentado;

Desenvolver e aplicar práticas conservacionistas em todas as atividades dentro das empresas, divulgando-as à sociedade;

Envolver as comunidades na elaboração e implantação dos programas de educação ambiental das empresas, bem como em programas de proteção florestal (incêndios florestais);

Implantar programas de educação ambiental dirigido a cada comunidade, utilizando técnicas pedagógicas adequadas e considerando as peculiaridades da população-alvo;

Elaborar estudos da situação de cada comunidade e da própria empresa, a fim de implantar programas eficientes e com boa aceitação;

Desenvolver junto com as comunidades o planejamento ambiental e programas de reciclagem, arborização e paisagismo, hortas comunitárias, proteção da vida selvagem, controle da poluição, etc.;

Monitorar os programas com aplicação de pesquisa de opinião e avaliação junto às comunidades, a fim de corrigí-los e aprimorá-los;

Realizar e participar de eventos comunitários, como semana da árvore, semana do meioambiente, festas municipais, etc.;

Apoio à criação de entidades ecológicas que atuem em sinergia com a preservação ambiental/ desenvolvimento florestal (Ex: clube de observadores de aves);

Promover cursos, seminários, simpósios e palestras que despertem atenção sobre as questões ambientais;

Utilizar os meios de comunicação de massa na divulgação e esclarecimento das questões ambientais gerais e específicas;

Esclarecer informações, muitas vezes deturpadas, divulgadas pelos meios de comunicação e entidades ambientalistas, confrontando-as com informações reais, que possuam embasamento técnico e científico (resultados de pesquisa ambiental);



Apoiar/realizar pesquisas científicas relacionadas com o meio-ambiente e envolvimento com a comunidade, divulgando os resultados obtidos em revistas especializadas e publicações periódicas;

Manter intercâmbio entre empresas, a fim de uniformizar as ações realizadas pelo setor;

Intensificar intercâmbios com outros países, buscando o aprimoramento da educação ambiental;

Fortalecer os representantes do setor para que se pronunciem em assuntos relevantes e sempre que se fizer necessário, no intuito de reverter a imagem negativa do setor florestal perante a sociedade;

Estabelecer no orçamento das empresas recursos financeiros que atendam as necessidades dos programas ambientais a serem executados;

Mobilizar recursos para implantação de parques municipais/estaduais com estrutura para atender programas de educação ambiental.